

Mais transparência nos gastos dos governos

Os senadores da Comissão de Justiça aprovaram ontem, por unanimidade, projeto de João Capiberibe que determina a divulgação na Internet de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios. A proposta vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos.

Página 7



VOTAÇÕES Presidida por Edison Lobão (D), CCJ decidiu ontem sobre diversas propostas

Célio Azevedo

Senadores aprovam a MP que renegocia débitos de estudantes

Plenário acolheu também medida provisória que garante a integridade de créditos do Banco Central. Após três semanas de negociação entre líderes partidários, o Senado deverá decidir hoje sobre os projetos de conversão de duas MPs que estabelecem o novo modelo de gestão do setor elétrico

Página 3

Malta promete entregar hoje requerimento da CPI dos Bingos

A questão dos bingos – que gerou ontem manifestação em frente ao Congresso – pode ser investigada por comissão parlamentar de inquérito (CPI). O senador Magno Malta anunciou que apresentará hoje à Mesa do Senado requerimento com essa finalidade. O presidente do Senado, José Sarney, informou que, se houver número suficiente de assinaturas no requerimento, a CPI será instalada.

Página 5

Empregados de empresas de bingos realizam manifestação em frente ao Congresso



SUSPEITAS Antero (ao microfone) põe em dúvida a hipótese de crime comum ou roubo no caso da morte de seu primo em Mato Grosso

Antero pede ao Senado apoio na apuração do assassinato de primo

Antero Paes de Barros pediu ontem ao Senado apoio na apuração do assassinato de seu primo Luiz França de Moura Neto. O senador também revelou que sua família

vem recebendo telefonemas suspeitos. Em nome do PT, o senador Tião Vianna apresentou solidariedade a Antero e defendeu garantia de segurança para o senador e seus familiares.

Página 4

José Cruz



Rosevelt Pinheiro

Agenda

Plenário analisa mudanças no setor elétrico

Os senadores retomam hoje, em sessão plenária marcada para as 10h, a discussão dos dois projetos, provenientes de medidas provisórias, que propõem um novo modelo elétrico para o país. O primeiro (PLV 1/04) muda as regras de

comercialização da energia e o segundo (PLV 2/04) cria a Empresa de Pesquisa Energética, encarregada de estudar meios alternativos de geração de energia, como forma de evitar crises no setor.

Comissão ouve ministros da Justiça e da Defesa



Os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Defesa, José Viegas Filho (fotos), participam de audiência hoje, às 10h, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Thomaz Bastos, acompanhado do presidente da Funai, Mércio Gomes, fala sobre a demarcação de terras indígenas em MS e RR, enquanto José Viegas trata do processo de licitação da compra de aviões pelo Comando da Aeronáutica.

CPI da Terra vota requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, criada para investigar processos de reforma agrária e urbana, além dos movimentos sociais de trabalhadores e de proprietários de terras, reúne-se hoje, às 10h, para a apresentação do calendário de trabalho e para discussão de requerimentos apresentados pelos parlamentares.

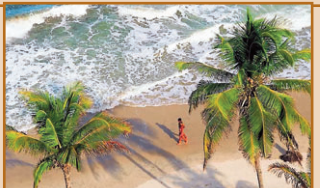


Reunião da CPI do Banestado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado realiza hoje, às 11h, reunião para aprovar a convocação do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, para prestar esclarecimentos sobre remessas ilegais de dinheiro ao exterior. A comissão investiga denúncias de evasão de divisas do Brasil por meio de contas CC-5.

Especial mostra história da Paraíba

Assista hoje na TV Senado, às 9h30, à série *Cores do Brasil* sobre a Paraíba. O programa mostra a história do estado e suas manifestações artísticas, em especial as danças e o artesanato. Situada no centro geográfico do Nordeste, a Paraíba se destaca por suas belezas naturais, como as praias de águas tranquilas, areias finas e coqueirais.



Rádio Senado pela Internet

A Rádio Senado disponibiliza ao público, em sua página na Internet, os principais programas veiculados pela emissora. Entre os destaques, uma série de especiais sobre a CPI do Banestado, as reformas da Previdência e judiciária, além de programas culturais. O endereço do site é www.senado.gov.br/radio.

Semana da Mulher

Na segunda-feira, Dia Internacional da Mulher, será aberta uma exposição na Senado Galeria em comemoração à Semana da Mulher. No dia seguinte, o Congresso realiza sessão solene para comemorar a data e entregar o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz às cinco homenageadas deste ano.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



QUALIDADE Eduardo Siqueira Campos (D) elogia a importância da obra, durante solenidade de lançamento, na biblioteca do Senado

Livro discute o controle das agências reguladoras

Representando o presidente do Senado, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) participou ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, do lançamento do livro *Quem Controla as Agências Reguladoras de Serviços Públicos?* Editada pelo Instituto Hélio Beltrão, a obra questiona o modelo regulatório adotado no Brasil e analisa o controle exercido pelo Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, órgãos de defesa da concorrência, Procons e meios de comunicação.

O presidente do Instituto Hélio Beltrão, João Geraldo Piquet Carneiro, considerou simbólico o gesto do Senado ao abrir a Biblioteca Luiz Viana Filho para o evento. Ele lembrou que será no Congresso que se moldarão as propostas legislativas concernentes às agências reguladoras, e vislumbrou que a ação do Parlamento irá além da simples indicação dos diretores dessas agências, observando que só o Congresso tem legitimidade para falar em nome do povo que o elegeu.

Mozarildo destaca sucesso da Zona Franca de Manaus

Ao aplaudir o transcurso do 37º aniversário da Zona Franca de Manaus, comemorado no dia 28 de fevereiro, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que esse modelo de desenvolvimento representou uma ferramenta eficiente para transformar a realidade não apenas de Manaus, mas também de toda a Amazônia Ocidental.

O senador acrescentou que os resultados desse desenvolvi-

mento poderão ser apreciados na 2ª Feira Internacional da Amazônia, a realizar-se no período de 15 a 18 de setembro. O modelo da Suframa, disse ele, não somente deve ser mantido, mas aperfeiçoado para o bem da região e de todo o Brasil.

Ao terminar seu pronunciamento, Mozarildo apresentou congratulações ao novo reitor da Universidade Federal de Roraima, Roberto Ramos Santos.



DESENVOLVIMENTO Modelo da Suframa deve ser mantido, enfatiza Mozarildo Cavalcanti

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



FACILIDADE Rodolpho Tourinho diz que agenda mínima deve aperfeiçoar novo modelo

Tourinho cobra decisão sobre proposta para setor elétrico

Ex-ministro de Minas e Energia do governo Fernando Henrique e atual relator da medida provisória que regula o setor elétrico, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu a aprovação do novo modelo de gestão para o setor proposto pelo governo. Ele admitiu que o marco regulatório está impreciso e pode não assegurar investimentos futuros. Mas assinalou que a construção de uma agenda mínima deve criar as condições para que o modelo avance.

Apesar de considerar que seria mais próprio falar em alteração de modelo do que propriamente num novo modelo, como o governo denomina as mudanças contidas na MP 145/03, o senador apontou que a principal modificação está em que, no modelo atual, a iniciativa privada é o principal agente, enquanto o governo propõe que as empresas estatais voltem a ter papel primordial.

Para Tourinho, é positivo também que o Estado passe a ter maior controle sobre a gestão do setor, permitindo ao governo conduzir processos de redução de consumo. Dessa forma, completou o parlamentar, é importante a retirada do poder concedente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de modo que o Ministério de Minas e Energia poderá conduzir uma política para o setor.

— Aliás, essa é uma discussão antiga, seria uma incoerência que, além de regular, fiscalizar e fixar tarifas [a Aneel] devesse ainda ter o poder concedente.

Delcídio Amaral (PT-MS), relator de outra MP sobre o setor elétrico (MP 144/03), disse em aparte que, caso a proposta seja aprovada, poderá impedir novo racionamento de energia.

Aprovada renegociação de débito com o antigo crédito educativo

Projeto de conversão acaba com exigência de fiador para que aluno tenha acesso ao Fies. MP volta à Câmara

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que autoriza o refinanciamento de dívidas junto ao antigo Programa de Crédito Educativo (PCE), substituído em 1999 pelo Fundo de Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior (Fies). Como foram acolhidas emendas apresentadas pelo relator-revisor, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), a matéria volta ao exame da Câmara dos Deputados, que havia mantido, sem alterações, o texto encaminhado pelo governo federal.

O relator ofereceu quatro

emendas à matéria. A primeira permite que os estudantes interessados no Fies façam suas inscrições em agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios. A segunda garante a possibilidade de as universidades privadas usarem certificados do Fies para quitarem outros tributos. Outra emenda inclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como fonte de recursos para o Fies. Eduardo propôs ainda o fim da exigência de fiador para que o estudante tenha acesso ao programa.

De acordo com o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a MP 141/03 vai beneficiar 160 mil estudantes. Mercadante elogiou duas das emendas aprovadas, mas ponderou que a exigência de fiador tem diminuído a inadimplência dos estudantes, que chegou a 84%. Ele ressaltou que

o banco estatal trabalha com recursos do FAT e já tem “uma agenda muito complexa”, e que os juros cobrados pelo BNDES são maiores do que os que são pagos ao Fies. E anunciou que o governo se compromete a rediscutir a matéria na Câmara dos Deputados.

Debate

Durante a discussão da proposição, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que votou favoravelmente a matéria, afirmou que “a medida nem é mesmo paliativa, diante da gravidade da situação dos estudantes de instituições privadas”. O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), criticou a proposta do ministro da Educação, Tarso Genro, de aquisição, pelo governo, de “vagas ociosas” das instituições privadas de ensino. Segundo o parlamentar, a iniciativa será implementada mediante isenções de impostos, o

“que trará prejuízos para o erário”, com a transferência de recursos públicos para o setor privado.

José Jorge (PFL-PE) criticou o governo por tratar do Fies em medida provisória, não em projetos de lei, fugindo assim, a seu ver, de debate mais aprofundado nas comissões especializadas do Senado e da Câmara. O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a proposta do relator, de eliminar o fiador para o crédito educativo.

Já senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que o número de universidades particulares ainda é insuficiente para atender à demanda de estudantes para o nível superior. O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) elogiou o texto da MP, e lembrou que muitas faculdades particulares não oferecem formação adequada aos estudantes, que ainda ficam endividados com as mensalidades.



EMPENHO Sarney, entre Zambiasi e Paulo Paim, comanda votação, em Plenário, das medidas provisórias

Acolhida MP que preserva recursos do BC

Na sessão de ontem, também foi aprovada a medida provisória que garante a integridade dos créditos do Banco Central (BC) em caso de intervenção extrajudicial ou falência de instituições financeiras que operam no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) e relativos à importação de produtos da área da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e da República Dominicana. O relatório favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) foi acolhido por unanimidade.

Pela MP 142/03, os recursos

do Banco Central, valores de pagamento emitidos ou garantidos relativos a importações dos países da Aladi e da República Dominicana, não poderão ser incluídos em massas falidas e nem terão pagamento bloqueado pela falência da instituição sob intervenção. O interventor, liquidante ou síndico da massa falida deverá recolher os valores correspondentes aos créditos do Banco Central junto à própria instituição, antes de proceder à liquidação.

O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) é

um sistema de compensação entre os bancos centrais que integram a Aladi, mais a República Dominicana. O sistema assegura as conversões cambiais necessárias (principalmente para o dólar norte-americano), a livre transferência de pagamentos entre os países e o reembolso de operações pelos bancos centrais envolvidos nas operações de importação e exportação. Pelo mecanismo, o Banco Central responsabiliza-se perante os bancos centrais dos países exportadores pelos pagamentos devidos pelo importador brasileiro.

Novas regras para energia podem ser votadas hoje

Após três semanas de negociações entre os líderes partidários, o Plenário deverá decidir hoje sobre os projetos de lei de conversão das duas medidas provisórias adotadas pelo governo que estabelecem o novo modelo de gestão do sistema elétrico brasileiro.

Uma das propostas do Executivo cria a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucederá o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) no controle das operações de compra e venda do serviço. A nova câmara será regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Se aprovadas as MPs 144 e 145, ambas do ano passado, os senadores poderão votar em seguida os outros itens que figuram na ordem do dia, entre eles o Projeto de Resolução 68/03, que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100,4 milhões, para financiamento de obras de recuperação no centro da capital.

Antero pede apoio para a apuração de crime

Senador põe em dúvida hipótese de que primo seria vítima de latrocínio, pois tinha poucos recursos

Sem estabelecer qualquer ligação entre o assassinato do primo Luiz França de Moura Neto e sua atuação no caso Waldomiro Diniz, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu ontem ao Senado

Câmara analisa PEC de Paulo Octávio que unifica as eleições



Paulo Octávio propôs medida quando deputado

A Câmara dos Deputados instalou ontem comissão especial para analisar proposta de emenda constitucional que marca para a mesma data as eleições do país. De autoria do então deputado e atual senador Paulo Octávio (PFL-DF), a matéria

também institui o prazo de cinco anos para os mandatos de presidente da República, governador, prefeito, deputado e senador.

A comissão é presidida pelo deputado Affonso Camargo (PSDB-PR) e o relator será o deputado Eduardo Sciarra (PFL-PR) e terá, a partir de agora, o prazo de 29 sessões para apresentar suas conclusões.

Mão Santa homenageia firma criada pelo avô



Mão Santa apresenta requerimento

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou requerimento de homenagem à empresa Moraes S.A. Indústria e Comércio, fundada por seu avô há cem anos e que se dedica à extração e industrialização da cera de carnaúba.

– É uma empresa que orgulha todo o Piauí. O meu avô, Jozias Benedito de Moraes, dedicou a vida à empresa, que se transformou inclusive em exportadora de cera de carnaúba – disse.

apoio na apuração do crime. Após breve intervenção, durante a qual revelou que sua família vem recebendo telefonemas suspeitos, o senador seguiu para um encontro com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Antero pôs em dúvida a hipótese de crime comum ou roubo. Até pelo fato de o corpo e o carro que Luiz França dirigia terem sido queimados. Segundo ele, o primo, funcionário de gráfica, era de poucos recursos e não tinha inimigos. Além disso, possuía um Vectra, veículo considerado um carro comum pelo senador.

– Em Mato Grosso há muito roubo de carros de luxo. É estranho que tenham queimado o corpo. Eu posso ter inimigos; o Luizinho, não.

Casado e pai de dois filhos, de 10 e 15 anos, o gráfico comunicou-se com a família na tarde da última terça-feira, depois de sair do dentista. Disse que iria para a empresa participar de uma festa. Como não voltou para casa, a família acionou o parlamentar, que comunicou o fato ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, à polícia e ao ministro da Justiça. Na



CAUTELA Ouvido com atenção pelos senadores, Antero não fez nenhuma ligação com sua atuação política

manhã de ontem, quando se reunia com a bancada do PSDB, Antero recebeu a notícia do assassinato.

– A imprensa tem me perguntado se associo esse crime com a minha atuação na CPI do Baneestado ou às posições que tenho assumido ultimamente [caso Waldomiro]. Tenho o dever de não fazer nenhuma ligação. Só peço que a verdade seja apurada, seja qual for.

Segundo Antero, sua família tem recebido ligações feitas a partir de telefones públicos localizados em bairros de Cuiabá. Do outro lado da linha, uma voz não identificada apenas pergunta: “Onde você está?”

–Tenho consciência das minhas obrigações, mas temo mais pela segurança da minha família do que pela minha própria – afirmou. Ele agradeceu o apoio recebido do seu partido

e do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). E informou que se afastará das sessões do Senado pelo tempo necessário para participar das cerimônias em homenagem ao primo. Em nome da Casa, o presidente da sessão, Paulo Paim (PT-RS), prestou solidariedade a Antero e disse que a Mesa enviará ofício ao ministro da Justiça pedindo a devida apuração do caso.

Senador recebe solidariedade do Partido dos Trabalhadores

Em nome do Partido dos Trabalhadores, o senador Tião Viana (AC) apresentou ontem “sinceros sentimentos” ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pelo assassinato do seu primo-irmão Luiz França de Moura Neto.

Tião Viana disse que o PT e o governo reconhecem e agradecem as denúncias apresentadas por Antero sobre o envolvimento de Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro-chefe

da Casa Civil, José Dirceu, flagrado em fita de vídeo pedindo dinheiro ao bicheiro Carlinhos Cachoeira para campanhas eleitorais do PT e para si próprio. Para Viana, trata-se de “fato grave que ameaçava a integridade do governo federal e sobre o qual não tínhamos qualquer conhecimento”.

O senador petista também fez um apelo à Mesa do Senado para que interceda junto ao Ministério da Justiça no senti-



EMPENHO Tião Viana diz que PT agradece denúncia de Antero contra ex-assessor do Planalto

do de garantir a segurança de Antero Paes de Barros e de sua família, bem como providenciar uma investigação profunda do assassinato.

Demostenes lembra sucessão de ameaças

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a suspensão da sessão deliberativa de ontem, para que uma comissão de senadores acompanhasse Antero Paes de Barros até o gabinete do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e à Polícia Federal, para exigir uma investigação rigorosa do assassinato de Luiz França de Moura Neto, primo-irmão do senador mato-grossense.

Na avaliação de Demostenes Torres, o anúncio do assassinato não foi uma surpresa, já que há algum tempo o próprio Antero e lideranças do PSDB vêm afirmando que familiares do senador estão sendo perseguidos e sua família ameaçada.

O parlamentar opinou que não se pode fazer uma ligação imediata das ameaças com o assassinato, o que seria leviano.



AVALIAÇÃO Para Demostenes, seria leviano tirar conclusões apressadas sobre o episódio

Agripino quer segurança para o parlamentar

O líder do PFL, senador José Agripino (PFL-RN), apelou ao presidente da Casa, senador José Sarney, para que o Senado peça ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, proteção para o senador Antero Paes de Barros e sua família, vítimas de ameaças anônimas, e a apuração de responsabilidades no episódio.

– Há uma sucessão de coincidências preocupantes: o senador Antero faz uma denúncia contra o subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares e pede uma CPI sobre o caso. Em seguida, sua filha e ele próprio começam a receber ameaças telefônicas, além do fato mais grave, que é o assassinato do primo de Sua Excelência – afirmou José Agripino.



Agripino aponta coincidências preocupantes

Rosevelt Pinheiro

Moreira Mariz

José Cruz

Moreira Mariz

Moreira Mariz

Célio Azevedo

DENÚNCIAS

Requerimento para criação da CPI sobre o funcionamento dos bingos deve ser apresentado hoje por Magno Malta. Senadores da oposição acusam o governo de fugir da verdade e Mercadante pede o fim de acusações sem fundamento



ACUSAÇÕES São cada vez mais fortes os motivos para a criação da CPI, ressalta José Jorge

Para José Jorge, alegria do governo é "a visita da morte"

O senador José Jorge (PFL-PE) comparou o alívio que o governo e sua base de sustentação no Congresso tiveram na terça-feira – em virtude da denúncia que o senador Almeida Lima (PDT-SE) apresentou não ter provocado o impacto que o senador sergipano disse que geraria – com uma aparente melhora na saúde que os doentes terminais têm pouco antes de morrer.

– Isso, no Nordeste, se chama visita da morte. É uma melhora que os doentes terminais têm, não se sabe por que razão, talvez até por milagre. Foi essa a sensação que vi no rosto dos líderes governistas do Senado após o discurso de Almeida Lima. Considero que aquela alegria que o governo teve é uma espécie de visita da morte. Uma alegria que vai durar pouco – afirmou José Jorge.

Na avaliação do senador, à medida que o tempo passa aumentam os motivos para que o Senado instale uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias envolvendo o ex-assessor parlamentar da Presidência da República.



CHOQUE Virgílio se diz perplexo ao saber que documentos do ex-assessor foram lacrados

Magno Malta entrega hoje pedido para CPI dos Bingos

O senador Magno Malta (PL-ES) anunciou que apresentará hoje à Mesa do Senado requerimento de sua autoria propondo a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar crimes e atos de contravenção ligados ao negócio dos bingos. Magno Malta informou que o requerimento recebeu a assinatura de 32 senadores – o senador Tião Viana (PT-AC) retirou seu apoio.

– Amanhã (hoje) termina essa novela – disse o senador capixaba, referindo-se ao processo de coleta de assinaturas e especulações em torno da retirada de assinaturas.

Magno Malta explicou não ter encaminhado o requerimento até agora em respeito ao



APOIO Solicitação de abertura da comissão de inquérito tem 32 assinaturas, anuncia Malta

pedido dos líderes, que queriam expressar seus pontos de vista sobre a conveniência da apresentação da solicitação. Como integrante da base do governo, o senador do PL declarou ter ouvido as ponderações dos seus colegas, mas argu-

mentou que tem suas próprias opiniões sobre o assunto.

– O governo, em sua mensagem ao Congresso, deixou claro que legalizaria os bingos. Depois baixou MP para proibi-los, em um sinal claro de que reconhece a existência de crime e contravenção – afirmou.

Quanto à anunciada desistência de alguns senadores, Magno Malta ressaltou que os que assinaram sabiam o que estavam fazendo.

Indagado ontem sobre a instalação da CPI, o presidente do Senado, José Sarney, respondeu que, amparado no Regimento da Casa, se o requerimento chegar às suas mãos e apresentar número suficiente de assinaturas, não há como não instalá-la.

"Indústria do denunciamento" prejudica o país e deve acabar, afirma Mercadante

Líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) fez um apelo para que se suste a "indústria do denunciamento", porque gera prejuízos políticos e econômicos à nação. Ele ressaltou que denúncias precisam ser fundamentadas para que não se transformem em calúnia ou difamação.

Como exemplo, Mercadante citou a suposta denúncia que o senador Almeida Lima (PDT-SE) apresentou, em Plenário, na terça-feira. Segundo ele, foi um erro anunciar "provas irrefutáveis contra o ministro José Dirceu", para depois apresentar um relatório parcial da Polícia Federal que já era do conhecimento público.



RIGOR Mercadante anuncia que o governo está apurando assassinato do primo de Antero

O senador negou que tenha manifestado alívio diante da falta de sustentação das acusações apresentadas, conforme declarou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

– Falei com indignação, diante da tentativa de denegrir um político exemplar como é o ministro José Dirceu – afirmou.

O líder do governo garantiu que a Polícia Federal e o Ministério Público estão investigando, com rigor, as atividades de Waldomiro Diniz. Ele fez questão de dizer que Waldomiro ainda não tinha sido indiciado em qualquer processo, quando foi chamado para a Casa Civil.

Mercadante manifestou seu pesar diante do assassinato do primo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), acrescentando que o governo está tomando todas as providências para apurar o crime e dar proteção policial à família.

Arthur Virgílio critica rumos da apuração do caso Waldomiro

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), acusou da tribuna o governo de não apurar a fundo, "aos olhos da oposição", o caso Waldomiro Diniz e disse que ficou perplexo ao ler na imprensa que o governo lacrou todos os documentos usados por Waldomiro à época em que foi subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil. Ele criticou a reação

dos parlamentares da base governista após o discurso do senador Almeida Lima (PDT-SE), na terça-feira.

– Mais perplexo fiquei ao ler que o governo ficou aliviado porque o discurso do senador Almeida Lima não trouxe novidades. Aliviado por quê? Eles têm motivo para esperar mais revelações? Aliviado porque Waldomiro Diniz ficou calado,

não respondeu a mais de 50 perguntas do delegado da Polícia Federal? – questionou.

O parlamentar afirmou que estava colocando, a partir daquele momento, a vida do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) nas mãos do Palácio do Planalto e do ministro da Justiça. Pouco antes, Antero comunicara o assassinato de seu primo-irmão, em Mato Grosso.



DESGASTE Para Efraim, pior que a exploração de uma CPI é o culto à impunidade

Efraim quer investigação para recuperar confiança

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), fez um apelo às lideranças do governo e ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que apoiem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) no Senado sobre o caso Waldomiro Diniz e "se dêem a chance de recuperar a confiança nacional".

– É este um apelo de quem torce pelo país, quer ver a governabilidade garantida e o presidente Lula em sintonia com seus compromissos eleitorais e históricos – acrescentou.

Para Efraim, pior que uma CPI ou a exploração política que alguns fazem dela é a manutenção de um ambiente de suspeita e o culto à impunidade, que provocam o desgaste das instituições políticas junto à sociedade e aos investidores internos e externos.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) citou pesquisa do Datafolha, em que 80% dos entrevistados são favoráveis à comissão parlamentar de inquérito para investigar as ações de Waldomiro Diniz, e concluiu que "o povo e Deus querem a CPI".

O senador é o presidente da CPI que investiga remessa de dólares ilegais para fora do país (CPI do Banestado) e já havia denunciado ameaças que sua família vinha recebendo.

Arthur Virgílio informou ainda que estava remetendo à Polícia Federal pedido de informações para ter acesso às 50 perguntas feitas pelo delegado da PF a Waldomiro Diniz.

Suassuna critica acordo que cobra em dobro ICMS do gás de cozinha

Senador ressalta que é inconstitucional a resolução do Confaz que permitiu a bitributação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) criticou acordo feito por 11 estados, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na origem pelos produtores de gás de cozinha a partir do gás natural.

Segundo ressaltou o senador ontem, o acerto está levando à bitributação do produto, já que estados importadores continuam taxando o gás de cozinha com o ICMS, o que vem preju-



PREJUÍZO Suassuna diz que acordo eleva preço do botijão a R\$ 40

dicando a Paraíba, Piauí, Espírito Santo e Minas Gerais, onde o botijão pode chegar ao consumidor por até R\$ 40.

Esses estados poderão pagar duas vezes o ICMS sobre o gás

de cozinha, com graves conseqüências para a população mais carente, disse o senador Ney Suassuna.

Unanimidade

Para Suassuna, a resolução do Confaz é inconstitucional, porque as decisões do conselho precisam ser tomadas por unanimidade e os estados penalizados certamente não concordaram com ela.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) argumentou que o preço de um botijão já representa 16% do salário mínimo, podendo chegar a 20% se a bitributação for efetivada.

Ele disse que, no Espírito Santo, pessoas de baixa renda estão recorrendo à lenha, carvão e

material de construção para cozinhar, porque não estão conseguindo pagar os altos preços do gás liquefeito de petróleo.

Senadores unidos

Os senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e José Maranhão (PMDB-PB) concordaram em trabalhar juntos pela anulação da decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária, por entenderem que as populações de baixa renda não podem arcar com essa majoração de preços do GLP.

– O Brasil é um só, não se justificando haver estados de primeira e de segunda categorias. Essa decisão do governo gerou uma situação irracional e injusta para a população mais carente desses estados – protestou Suassuna.



RECLAMAÇÃO Lobão lembra que proposta, apresentada em 1995, foi aprovada pelo Senado

Lobão mostra que projeto do governo é de sua autoria

A proposta do ministro do Trabalho, Jaques Wagner, de criar deduções no Imposto de Renda para os contribuintes que contratarem domésticos com carteira assinada não é nova e foi inspirada em projeto de iniciativa do Legislativo. O protesto registrado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) baseia-se em reportagem veiculada pelo jornal *O Globo*, segundo a qual o ministro já teria conversado sobre esse assunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o seu colega da Fazenda, Antonio Palocci, encontrando receptividade para dar curso a tal iniciativa como forma de estimular a oferta de empregos no país.

O senador disse que é louvável esse entendimento de criar novos postos de trabalho.

– O que deixa de ser louvável é o detalhe de homens do governo apropriarem-se de idéias contidas em nossos projetos para exibí-las como suas – protestou. Edison Lobão lembrou que, em 1995, apresentou projeto de lei (PLS 23) instituindo a dedução na declaração anual de rendimentos de pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos.

A iniciativa foi elogiada pelo relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o ex-senador Valmir Campelo. O Senado aprovou um substitutivo no dia 27 de abril de 1999.

Mas a Câmara dos Deputados acabou por rejeitá-lo, sob o argumento de “inadequação financeira e orçamentária”. Conforme Lobão, o segundo parecer obtido na CAS, desta vez emitido pelo então senador Leonel Paiva, deixou claro que não haveria perdas significativas de receita para os cofres públicos federais.

Borges exige crescimento e pede taxa de juros menor

O senador César Borges (PFL-BA) disse que o ano de 2003 foi perdido para o Brasil, lembrando que a queda de 0,2% no Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado foi o pior resultado econômico alcançado pelo país em 11 anos.

– Para se ter uma idéia da gravidade desse dado, basta dizer que, nos últimos 60 anos, em apenas cinco o Brasil apresentou taxa de crescimento negativo – afirmou o senador baiano.

César Borges citou dados que demonstram uma queda de 3,3% no consumo das famílias no ano passado, “o que representou mais fome e mais miséria”. Disse ainda que o desemprego tem batido sucessivos recordes e que a renda do trabalhador caiu em mais de 12%.

– Não posso deixar de mencionar que há um ano o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, esteve nesta Casa para reafirmar as previsões do governo de que o Brasil crescerá 2,8% em 2003 – lembrou.

César Borges ressaltou que na ocasião ele próprio questionou o ministro sobre um possível otimismo excessivo na previsão,



RESULTADOS RUINS César Borges afirma que o ano de 2003 foi perdido para o Brasil

diante do quadro recessivo do momento. O ministro, no entanto, observou ter certeza de que, aprovadas as reformas tributária e previdenciária, e revertidas as expectativas negativas sobre o Brasil, o país poderia terminar o ano com crescimento maior até do que os 2,8% previstos, assinalou.

– Pois o Congresso aprovou as reformas que o governo queria, o risco Brasil despencou, o dólar foi controlado, mas não veio o espetáculo do crescimento prometido pelo ministro da Fazenda – lamentou o senador.

Para ele, o Brasil não cresce porque “temos uma das maiores cargas tributárias do planeta e somos os campeões mundiais quando o assunto é taxa de juros”.

Alvaro Dias quer revisão em contratos com FMI

Ao criticar a política econômica do governo, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem a renegociação dos termos do contrato com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O senador disse que existe um forte movimento para promover ampla reformulação nos mecanismos de atuação dos organismos internacionais e que há um consenso de não conformação com as condições impostas pelo FMI aos países devedores.

O senador apoiou proposta de Marcos Domakoski, presidente da Associação Comercial do Paraná, que prega a criação de um mecanismo que vincule ao crescimento o pagamento da dívida com o FMI, isto é, se o país cresce mais, paga um percentual maior de sua dívida.

Alvaro Dias declarou que a Argentina, que teve outra postura com o FMI, encontra-se em melhor posição do que o Brasil. Segundo o senador, enquanto o crescimento do Brasil foi de menos 0,2%, o país vizinho cresceu 8,4%.

Para o senador, essa política mantida pelo governo tornou



VINCULAÇÃO Alvaro Dias propõe pagar dívida de acordo com crescimento econômico

2003 “o ano exterminador de riquezas”.

O parlamentar afirmou que, com a retração da economia, quem mais tem ganhado são os banqueiros estrangeiros, que lucraram no país 22%, contra 10% no exterior.

Enquanto isso, completou o senador, entre os programas que receberam menos de 50% do total do orçamento, estão as áreas de segurança pública e de geração de emprego.

Segundo o senador, esses dados revelam o erro do governo federal em manter a atual política econômica.

Apesar de ser contra a moratória, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu uma carência de quatro anos para que o país possa pagar sua dívida externa.

Comissão acata votos de aplauso a Fernando Henrique

Dois votos de aplauso ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ambos de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), receberam ontem parecer favorável da CCJ. Os requerimentos foram apresentados depois que o ex-presidente foi agraciado com o Prêmio Entendimento Internacional, concedido pela Associação Fullbright.

Nove senadores participaram da discussão dos requerimentos, que foram aprovados contra o voto da senadora Ana Júlia (PT-PA). O relator das matérias, senador Edison Lobão (PFL-MA), recordou as "inúmeras e valiosas conquistas" alcançadas ao longo dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Lobão "exagerou um bocado" ao comentar o resultado dos dois mandatos do ex-presidente.

Volta à CAS matéria que regulamenta profissões

Após receber parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), volta agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em caráter terminativo, o Projeto de Lei 18/03, do então senador Eurípedes Camargo, que regulamenta as profissões de encarregado e de mestre-de-obras e determina a realização de registro profissional pelos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Em seu parecer, aprovado pela CCJ, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reconhece que a matéria exige a ponderação de valores e princípios constitucionais igualmente prestigiados.

Senado decide mudança em gestão de pessoal do MRE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou ontem e será examinado agora pelo Plenário projeto de iniciativa do Executivo, relatado pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), modificando a gestão de pessoal pelo Ministério das Relações Exteriores.

O projeto permite que os atuais servidores incluídos no Plano de Classificação de Cargos do Ministério das Relações Exteriores possam ser designados para missões transitórias e permanentes no exterior.

A medida tem o objetivo de beneficiar cerca de 200 servidores que estão enquadrados na categoria funcional de Oficial de Chancelaria do ministério.

CCJ aprova divulgação de orçamentos na Internet

■ A matéria propõe a divulgação de todos os detalhes do orçamento da União, estados e municípios

Por unanimidade, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável ao projeto de lei complementar (PLS 130/03) do senador João Capiberibe (PSB-AP) que determina a divulgação na Internet de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados e dos municípios. A matéria, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Antes que Demostenes Torres apresentasse seu relatório, João Capiberibe fez uma expo-

sição de como o projeto funciona na prática, exemplificando com o endereço do governo do Amapá na Internet (www.amapa.gov.br/gestao), que registra até mesmo pagamentos de diárias a servidores.

– Essa é uma forma de dar transparência à gestão dos recursos dos contribuintes, por meio do livre acesso às informações dos gastos públicos e da liquidação das despesas. Dessa forma, o cidadão que chegar ao hospital e não encontrar o medicamento cuja compra está informada na Internet poderá acionar o Ministério Público – exemplificou o parlamentar.

Capiberibe disse que até pequenos municípios que não possuem serviços informatizados poderão adquirir microcomputadores e usar os *softwares* necessários, como, por exemplo, o Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (Sia-

fem), criado e oferecido pelo Serviço de Processamento de Dados (Serpro), do Ministério da Fazenda. Para isso, o projeto dá prazo de um ano para os municípios mais bem equipados se adequarem à lei, enquanto os municípios menores terão prazo de dois anos.

– Com o apoio desse instrumento poderoso no combate à corrupção, é possível recuperar a confiança do cidadão no Estado. É uma medida para "republicanizar" o Estado, que, ao longo da história, quase não presta contas à sociedade. Há sempre denúncias de desvio de merenda, de materiais hospitalares, o que é uma coisa vergonhosa – afirmou.

Demostenes destacou que o projeto possibilita a fiscalização da administração pública de maneira direta, da licitação à execução, criando uma "corresponsabilidade" entre a população e os agentes públicos que realizam as despesas.



TRANSPARÊNCIA Senadores da CCJ aprovaram o relatório de Demostenes por unanimidade

Senadores destacam importância do projeto e penalidades para infratores

Todos os senadores que se manifestaram na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destacaram a importância do projeto de lei que determina a publicação na Internet dos gastos públicos e parabenizaram o autor, senador João Capiberibe, pela iniciativa e o relator Demostenes Torres, pelos aperfeiçoamentos introduzidos na matéria.

Demostenes explicou que, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto estabelece punições a todos que não publicarem os gastos públicos. Para o senador João Batista

Motta (PMDB-ES), a penalidade não pode recair apenas sobre o ordenador de despesa, pois o crime, disse, geralmente tem co-autores.

O senador João Ribeiro (PFL-TO) saiu em defesa do administrador municipal, que, muitas vezes, seria acusado injustamente.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a matéria tem mérito por poder reduzir a corrupção "que campeia nos municípios".

Ney Suassuna (PMDB-PB) aplaudiu a iniciativa de Capiberibe e lembrou que, quando

foi ministro da Integração Nacional, publicou as contas da pasta na Internet.

Segundo o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), procedimento semelhante deveria ser adotado para o controle dos financiamentos das campanhas eleitorais. Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o projeto tem o poder de estimular a cidadania.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) avaliou que o projeto vai permitir que a sociedade exerça seu poder de fiscalizar os gastos feitos com suas contribuições ao poder público.

Tuma quer mais informações sobre a Parmalat

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, e vai encaminhar ao Plenário, requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sobre os valores enviados ao exterior, nos anos de 1997 e 2003, pela Parmalat do Brasil e por empresas controladas pela Parmalat Itália. O senador quer que as informações sejam discriminadas por ano e por empresa.

Romeu Tuma disse ter apresentado o requerimento com base em notícia divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* de 11 de janeiro, segundo a qual a Parmalat teria remetido R\$ 198 milhões à matriz italiana e a empresas de outros países da América do Sul. O relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), apresentou voto favorável por considerar grave a questão.

Plano Nacional de Cultura já pode ser votado em Plenário

Com base em relatório do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição federal que determina a instituição do Plano Nacional de Cultura.

A proposta segue agora para o Plenário e, como já foi votada pela Câmara, se for aprovada pelos senadores estará pronta para ser promulgada.

As iniciativas do Estado para o setor visam à defesa e valorização do patrimônio cultural; à produção, promoção e difusão de bens culturais; e à formação de pessoal qualificado para esses setores.

Adiada análise de relatório sobre trabalho escravo

Pedido de vista coletiva liderado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) adiou para a próxima semana a análise do projeto de lei (PLS 208/03) do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que acrescenta dispositivos ao Código Penal de forma a prever expressamente a hipótese do trabalho escravo como crime.

O relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), apresentou seu relatório e parabenizou Jereissati pela iniciativa. Das seis emendas apresentadas por Valadares, César Borges acatou três, além de outras duas apresentadas pela liderança do governo. Ele convidou Valadares a trabalhar o relatório em conjunto.

Projeto garante prevenção do câncer de colo uterino

Comissão de Justiça aprova proposta que assegura realização de testes para usuárias do SUS



ASSISTÊNCIA Serys Slhessarenko apresenta relatório a favor do projeto

As usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) e de clínicas a ele conveniadas ou contratadas poderão ter assegurados seus direitos para a realização de exames de prevenção do câncer de mama e do colo uterino. Mais um passo nessa direção foi dado ontem, quando os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram parecer da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) favorável a projeto de autoria do deputado Enio Bacci (PDT-RS). A matéria (PLC 39/02) segue agora para a análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo projeto, caberá ao SUS

fornecer assistência ginecológica contínua e realizar, pelo menos, um exame citopatológico do colo uterino em todas as mulheres que tenham iniciado a sua vida sexual, com a periodicidade recomendada pelo Ministério da Saúde.

Caberá ainda ao SUS, de acordo com o projeto, programar um amplo trabalho de informação sobre o câncer de mama e do colo uterino a todas as mulheres, que também terão garantido um exame periódico de mamografia após os 40 anos

de idade.

Medicamentos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também aprovou projeto (PLC 18/03) que torna obrigatório o licenciamento anual para estabelecimentos cujas atividades estejam de alguma forma relacionadas à produção de medicamentos, de material para odontologia e para diagnósticos. O objetivo do projeto, segundo o relator, senador João Ribeiro (PFL-TO), é disponibilizar mais um instrumento legal para o controle da falsificação de medicamentos.

O projeto segue agora para exame da Comissão de Assuntos Sociais, onde o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) deverá apresentar emenda, segundo anunciou na reunião de ontem, para possibilitar a implantação da modalidade de venda a granel de medicamentos no Brasil, a exemplo do que já existe em vários países.

Reserva de vagas para índios em concursos terá audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu na reunião de ontem prolongar a discussão sobre projeto que reserva 5% das vagas em concursos públicos para índios. Dois projetos com o mesmo conteúdo tramitam na comissão e receberam parecer pela rejeição. Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Augusto Botelho (PDT-RR) pediram vista da matéria a fim de aprofundar a discussão. Mesquita Júnior, que deverá apresentar um voto em separado, teve aprovado requerimento determinando a realização de audiência pública para debater o assunto.

O autor de ambas as propostas é Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). Os projetos (PLSs 136 e 155, de 2000) receberam parecer contrário de Gerson Camata (PMDB-ES). Para o relator, são medidas pouco produtivas diante do baixo percentual que os índios aculturados representam na população brasileira. São cerca de 30 mil, segundo a Funai.



DISCUSSÃO Mesquita Júnior (E) quer ampliar debate na Comissão de Assuntos Sociais sobre propostas de Mozarildo Cavalcanti (D)

O autor da matéria defendeu o projeto. Na opinião de Mozarildo, o número de indígenas integrados à sociedade é muito maior do que os que vivem em reservas e muito mais do que indica a Funai.

Geraldo Mesquita Júnior considera necessário debater melhor a situação. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu a adoção de cotas estaduais.

Augusto Botelho acha uma boa solução a adoção de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para determinação das cotas.

O requerimento aprovado prevê audiência com o antropólogo Terri Aquino; o assessor Kleber Gesteira, do Ministério da Educação; e os líderes indígenas Antonio Apurinã e Jonas Marcolino Tuxaua.



REGULAMENTAÇÃO Olívio Dutra (E) debate proposta com Sarney, acompanhado do presidente do Denatran, Ailton Brasiense Pires

Inspeção de veículo trará mais segurança, diz Olívio

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ministro das Cidades, Olívio Dutra, que veio conversar sobre a aprovação de projeto regulamentando a inspeção obrigatória dos veículos instituída pelo Código de Trânsito Brasileiro, atualmente em tramitação na Câmara. A previsão do ministro é de que o sistema de inspeção esteja em funcionamento até o início do segundo semestre deste ano.

Segundo Olívio Dutra, pelo menos 10% dos 30 milhões de veículos em circulação estão em situação irregular e serão detectados pela inspeção, que vai abarcar aspectos técnicos de segurança e impacto ambiental e também a questão da propriedade dos veículos, pois dar credibilidade ao mercado de veículos usados é um dos objetivos do novo sistema.

O ministro afirmou que com a inspeção vão melhorar os ín-

dices de segurança no trânsito, pois será impedida a circulação de veículos sem condições de trafegar.

TCU da Rússia

Sarney também recebeu a visita do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo, acompanhado Sergey Stepashin, presidente da Câmara de Auditoria da Rússia (o equivalente ao TCU brasileiro), que veio ao Brasil para a assinatura de acordo de cooperação técnica entre os dois tribunais. Acompanhou a audiência o embaixador da Rússia, Vassily Gromov.

O presidente do Senado recebeu ainda o presidente da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, José Francisco Juquinha das Neves, com quem discutiu alternativas para a retomada da construção de estradas de ferro no Brasil, inclusive as possibilidades de conclusão da ferrovia Norte-Sul.

Adiada reunião sobre conflito entre índios e fazendeiros

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) anunciou que foi transferida de amanhã para a quinta-feira da semana que vem a visita da comitiva integrada pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Delcídio Amaral (PT-MS), Jefferson Péres (PDT-AM), João Ribeiro (PFL-TO) e Romero



Pavan: encontro em Florianópolis será quinta-feira

audiência pública com o objetivo de buscar soluções para o conflito envolvendo indígenas e agricultores no estado.

Além dos senadores, também estarão presentes procuradores da República e do estado, representantes da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai), secretários estaduais e municipais, prefeitos, índios e agricultores.